

cio Ribeiro Roma⁽¹⁰²⁾. Não era a única folha liberal do Recife, mas foi publicado com regularidade, tirando cerca de 2000 exemplares. Quanto à orientação, teve duas fases: enquanto os liberais estiveram no poder, quando, por contrato, publicava as notícias administrativas da província, como folha oficial; e depois da queda dos liberais, quando se concretizou a frente que desembocaria no movimento armado. Ao irromper este, sofreu as consequências: a 23 de novembro, a polícia tentou empastelar as oficinas, sendo repelida pelo povo; a 11 de janeiro de 1849, no governo Tosta, com o facinoroso Figueira de Melo como chefe de polícia — para quem a imprensa liberal era “facciosa” e “desordeira”, como lembra Edison Carneiro — sofreu confisco da edição, sendo espancados e presos os distribuidores, declarando Tosta, ante os protestos de Abreu e Lima que ficara no lugar do irmão, que estava disposto “a fazer calar o *Diário Novo* até, se for preciso, mandar fechar a tipografia”.

A polícia varejou, realmente, a casa do impressor Santos Caminha, prendeu e recrutou tipógrafos e distribuidores, apreendeu edições nas ruas. A 13 de janeiro, o jornal explicava que estava sendo composto por amigos e curiosos, por leigos na arte. A partir de 17, saía com colunas em branco, nos locais onde deveriam aparecer notícias de insurreição. A 25, foi novamente apreendido; o impressor Santos Caminha foi preso e recrutado para o exército, depois do combate do Recife. A circulação foi suspensa, finalmente, a 1.º de fevereiro de 1849, véspera desse combate. A 24 de abril, na tentativa de tirar uma edição dedicada à morte de Nunes Machado, a polícia confiscou-a, prendeu, espancou e recrutou os tipógrafos e distribuido-

(102) “Luís Inácio também tivera vida aventureira; fora preso em 1817, com seu irmão José — futuro ‘general das massas’ — convivera com seu pai, o padre ‘Roma’ nos últimos momentos, acompanhara o irmão à América do Norte e à Venezuela — onde enriqueceu no comércio porém resolveu retornar antes a Pernambuco, em 1827. No mesmo ano, começou a publicar, na Bahia, ‘pasquins incendiários’ que lhe valeram o exílio na Inglaterra. De novo no Recife, no ano seguinte, se meteu, em 1.º de fevereiro de 1829, numa sedição logo abafada pelo governo, fugindo para Sergipe, onde foi preso, condenado ao degredo em Fernando de Noronha e liberto só depois da abdicação de D. Pedro I, em 1831. Tornou a envolver-se noutra fracassada sedição, em 14 de janeiro de 1834, no Recife, sendo porém absolvido pelo tribunal. Em panfleto da época, proclamou-se antigo republicano (‘em nossos mais verdes anos’), reconhecedor em seguida das vantagens da monarquia representativa para o Brasil (sem com isto se tornar monarquista) e, por fim, ‘caramuru’, lamentando os ‘funestos efeitos do 7 de Abril’. Deve ter contribuído para a adesão do seu irmão José ao mesmo Pedro I. Paradoxalmente, foi ao Pará, em 1840, no exército legalista que abafou a Cabanagem. Na volta, sentiu de novo a coceira revolucionária, fundando o jornal que era o denominador comum das várias alas internas praieiras. Varejada sua casa, quando da insurreição, e quando se encontrava doente acamado, morreu em 19 de dezembro de 1848 com o choque. Suas últimas palavras, de rebelde impenitente, foram: ‘Não deixem cair a *Praia*; quero que a minha tipografia continue a ser o órgão das idéias do partido. . .’ Respeitaram seu pedido: a ‘Tipografia da Viúva Roma & Filhos’ continuou, até vários anos depois, imprimindo panfletos subversivos, pasquins incen-